

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sªs, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e do segundo semestre de 2012, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Histórico

A Cotação DTVM S/A e Action S/A DTVM, empresas do Conglomerado Rendimento, estão presentes no mercado de câmbio turismo, desde 1989. Com matrizes em São Paulo, contam, atualmente, com filiais em Campinas, Sorocaba, Indaiatuba, Ribeirão Preto, Guarulhos, Florianópolis, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília, Porto Alegre, Goiânia, Belo Horizonte e Salvador. Realizam operações de compra e venda de papel moeda, travellers cheques e / ou cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de 1 milhão de clientes. Através do Banco Rendimento, a Cotação DTVM S/A, também realiza transferências internacionais e compra de cheques em moeda estrangeira. A Cotação DTVM S/A foi a primeira empresa do segmento a receber o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), fato este comprovado pela constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

Índice da Basileia

A apuração do índice, segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, é elaborada de forma consolidada para o Conglomerado Rendimento, cujo resultado em dezembro de 2012 foi de 15,39%.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

As empresas participam da estrutura de Governança Corporativa e controles internos do Conglomerado Rendimento, aderidas às exigências da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Na estrutura de Controles Internos, se destaca o Comitê de Riscos e Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria. A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Auditoria Interna, Riscos

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2012	2011
ATIVO			
Circulante		32.376	21.824
Disponibilidades.....	5	18.783	8.831
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6	4.809	6.681
Aplicações no mercado aberto.....		4.809	6.681
Títulos e valores mobiliários.....	7	-	634
Carteira própria.....		-	634
Outros créditos.....	8.641	5.524	
Diversos.....	8	8.641	5.524
Outros valores e bens.....		143	154
Realizável a longo prazo.....	22.703	16.216	
Outros créditos.....	21.554	15.068	
Diversos.....	8	21.554	15.068
Outros valores e bens.....		1.149	1.148
Permanente.....	13.976	12.522	
Investimentos.....		5.326	5.095
Participação em coligadas.....	9	5.294	5.063
Outros investimentos.....		32	32
Imobilizado de uso.....	10	8.134	6.688
Imóveis de uso.....		22	22
Outras imobilizações de uso.....		14.226	11.667
(Depreciações acumuladas).....		(6.114)	(5.001)
Diferido.....	215	479	
Gastos em imóveis de terreno.....		1.833	1.834
Diversos com aquisição e desenvolvimento lógicos.....		1	625
(Amortizações acumuladas).....		(1.619)	(1.980)
Intangível.....	301	260	
Outros ativos intangíveis.....		1.074	374
(Amortização acumulada).....		(773)	(114)
Total do ativo.....		69.055	50.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Operacional e Legal (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez (Resolução 2.804/00), de Crédito (Resolução 3.721/09), e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461/09.

A gestão de riscos envolve um conjunto integrado de controles e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em crédito, descasamento de prazos e moedas em suas operações e ainda decorrentes de gestão de liquidez. A gestão de riscos obedece aos dispositivos legais e normativos, e possui estrutura própria e independente, apartada das áreas comprometidas com resultados.

Risco Operacional

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, como Empresas integrantes, se utiliza da respectiva estrutura do Conglomerado Rendimento que, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou, após aprovação pela Diretoria, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê, vinculado diretamente à Diretoria da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas institucionalizadas através do Manual de Controles Internos, é fundamental para a preservação do patrimônio das instituições do Conglomerado e objetiva a prevenção de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

Ouidوريا

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento, atendendo ao disposto na Resolução 3.477/07, alterada pela Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, sua Ouidوريا, que tem como função ser canal de comunicação entre as Empresas do Conglomerado e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. O dispositivo da Ouidوريا, constituído em conformidade aos normativos do Banco Central do Brasil, dispõe de atuação independente das áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Empresa com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.

	Notas	2012	2011
PASSIVO			
Circulante		25.249	22.187
Outras obrigações.....		29.249	22.187
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		218	209
Carteira de câmbio.....	11a	10.003	2.902
Fiscais e previdenciárias.....	11b	10.351	13.191
Diversas.....	11c	8.677	5.885
Exigível a longo prazo.....	16.778	11.488	
Outras obrigações e bens.....		16.778	11.488
Fiscais e previdenciárias.....	11b	16.288	11.488
Diversas.....	11c	490	-
Patrimônio líquido.....	14	23.028	16.887
Capital de domiciliado no país.....		8.170	8.170
Reservas de lucros.....		14.858	8.717
Total do passivo.....		69.055	50.562

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Legal	Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	8.000	170	1.681	1.782	-	11.633
Aumento de capital por subscrição.....	170	(170)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	13.224	13.224
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	5.254	(5.254)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	(470)	(470)
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	8.170	-	1.681	7.036	-	16.887
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	14.441	14.441
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	13.641	(13.641)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	(800)	(800)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	8.170	-	1.681	13.177	-	23.028
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	9.906	9.906
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	9.106	(9.106)	-
Distribuição de lucros.....	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	(800)	(800)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	8.170	-	1.681	13.177	-	23.028

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados Ditra essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis - **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.088 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda e; • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. **e) Operações de câmbio** - As operações são demonstradas pelos valores de resultado, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata*) dia auferidas. **f) Imobilizado, diferido e intangível** - Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por beneficiárias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir do 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíram, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **h) Imposto de renda e contribuição social** - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões

temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados na expectativa atual de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.923/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

	2012	2011
Disponibilidades (Nota 5).....	18.783	8.831
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6).....	4.809	6.681
Total.....	23.592	15.512
5. Disponibilidades.....	2012	2011
Caixa.....	3.601	2.814
Depósitos em moeda nacional.....	4.112	2.568
Disponibilidades em moedas estrangeiras.....	11.070	3.449
Total.....	18.783	8.831

6. Aplicação interfinanceira de liquidez

	2012	2011
Posição bancada:		
Vencimento até 30 dias		
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	4.809	6.681
Total.....	4.809	6.681

	2011
7. Títulos e valores mobiliários	
Títulos para negociação - vencimento até 90 dias	
Carteira própria - livres.....	634
Certificados de depósitos bancários - CDBs.....	634
Total.....	634

8. Outros créditos - diversos

	2012	2011
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais.....	223	171
Impostos a compensar.....	5.661	4.034
Devedores diversos - país (i).....	2.586	1.253
Valores a receber sociedade ligada (Nota 13a).....	76	39
Outros.....	95	27
Total.....	8.641	5.524

Realizável a longo prazo

	2012	2011
Crédito Tributário (Nota 12b).....	6.515	4.595
Devedores de depósitos em garantia (ii).....	15.039	10.473
Total.....	21.554	15.068
Total.....	30.195	20.592

(i) Representado por câmbio vendido a liquidar.
(ii) Refere-se ao depósito judicial do PIS/COFINS proveniente da Lei 9.718/98, alargamento da base de cálculo.

9. Investimentos

	2012	2011
Action S/A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.....	5.294	5.063
Patrimônio líquido no exercício.....	3.607	1.885
Percentual de participação.....	100%	100%
Valor do investimento baseado na equivalência.....	5.294	5.063

	% Taxa de depreciação anual	2012	2011
Edificações.....	22	22	22
Instalações.....	10	7.155	5.566
Móveis e equipamentos de uso.....	10	2.022	1.829
Sistema de comunicação.....	10	990	506
Sistema de processamento de dados.....	20	2.373	2.090
Sistema de segurança.....	10	1.371	1.180
Sistema de transporte.....	20	314	494
(=) Subtotal - Custo.....		14.247	11.689
(-) Depreciações acumuladas.....		(6.113)	(5.001)
Total imobilizado.....		8.134	6.688

A DIRETORIA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos administradores da **Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A** Examinamos as demonstrações financeiras da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Risco de Mercado e Liquidez

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, seguindo as normas contidas na Resolução 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez se integra à estrutura de Gestão de Riscos Operacionais e de Crédito, e possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Conglomerado. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial. O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à captação e respectivos riscos, em conformidade com políticas internas previamente definidas.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM contam com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do Conglomerado e se reúne para avaliar o andamento dos trabalhos e a adoção de medidas necessárias para mantê-los em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo. As políticas "conheça seu cliente" e "conheça seu funcionário", os investimentos em treinamento, processos e sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação frequente de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios e operações do Conglomerado têm autonomia para recusar negócios e operações que

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º semestre		Exercícios	
--	-------------	--	------------	--